

**ATA NÚMERO 116/XII/2ª SL**

**13.março.2013 – 10h00**

Aos 13 dias do mês de março de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audição conjunta da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia-ANICT, e da Associação de Bolseiros em Investigação Científica-ABIC, no âmbito do programa da Ciência**

**5. Audição a José Carvalho, premiado com o “Projeto Mais Inovador da Europa” no 1º Congresso Europeu de Jovens Agricultores – técnica hidroponia recirculante - no âmbito do programa da Ciência**

**6. Projeto de Lei n.º 363/XII, do PS, que Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto)**

- Apresentação pelo autor da iniciativa
- **Apresentação e discussão do Parecer** - 19.março.2013
- **Deputado Autor do Parecer** - Luís Fazenda (BE)

**7. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"**

- **Discussão**

**8. Projeto de Resolução n.º 623/XII/2.ª- PSD - CDS/PP – que Recomenda ao Governo que dê condições para a sustentabilidade do projeto "Orquestra Geração".**

- **Discussão**

**9. Projeto de Resolução n.º 630/XII/2.ª- PS - Recomenda ao Governo que se garanta um financiamento interministerial plurianual para a Orquestra Geração, assegurando assim a continuidade da sua ação pedagógica e de promoção da inclusão social de crianças e jovens de bairros economicamente desfavorecidos.**

- **Discussão**

**10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer a audição do Secretário de Estado da Cultura, para que preste esclarecimentos sobre o anúncio de um novo atraso na publicação do resultado das candidaturas ao concurso da DGArtes.**

- **Análise e votação**

## 11. Outros assuntos

## 12. Data da próxima reunião

**Dia 19.março.2013 - 15h00**

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) solicitou a inclusão, na Ordem do Dia, da discussão do Projeto de Resolução n.º 641/XII – *Recomenda ao Governo medidas para a continuidade e estabilidade do projeto “Orquestra Geração”*, conjuntamente com os projetos de Resolução do BE, PS e CDS-PP/PSD sobre a mesma temática. Esta proposta foi aceite por todos os presentes, pese embora o Projeto de Resolução não tenha ainda baixado à Comissão, pelo que o envio da informação para a votação no Plenário fica dependente do despacho de baixa.

Com esta alteração, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 2. Aprovação de ata

A ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que baixaram à Comissão as seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º 627/XII (BE) - *Criação de um regime de exceção à Lei dos Compromissos para os Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados e Unidades de Investigação*, tendo o BE solicitado a sua discussão na Comissão.

Projeto de Resolução n.º 636/XII (PS) - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas de divulgação e apoio à prática de Ano Sabático (Gap Year) em Portugal*. O PS solicitou a discussão no Plenário.

3.2. O Sr. Presidente referiu-se à proposta de programa da Conferência dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário: *Reflexão sobre os currículos de ensino profissional na escola pública*, que terá lugar no dia 3 de abril, no auditório do Novo Edifício, tendo a Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho procedida à sua apresentação.

Nesta sequência, interveio a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que se referiu ao formato do programa, considerando que não permite um amplo debate, dado o elevado número de oradores. Defendeu ainda que a Conferência deveria centrar-se na parte curricular, e menos no ponto de vista das empresas, e que os membros do Grupo de Trabalho deveriam ter sido previamente consultados antes do contacto com os oradores. Sugeriu ainda que, no momento da pausa, a Assembleia da República ofereça aos participantes algo para acompanhar o café, visto que alguns se deslocaram de longe e tomaram o pequeno-almoço muito cedo.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) afirmou que o programa foi aprovado na reunião do Grupo de Trabalho e esclareceu que efetuou contacto com os oradores para avaliar a sua disponibilidade. Transmitiu ainda que está prevista uma

audição pública sobre os currículos do ensino profissional, que permitirá um debate mais alargado.

Foi aprovado o programa, com a diminuição do tempo de intervenção dos oradores para 10 minutos.

- 3.3. O Sr. Presidente comunicou que foi autorizada a visita ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, no dia 27 de março, às 11h00, pelo que solicitou a indicação dos Deputados que pretendem estar presentes, para se proceder ao aluguer de viatura adequada ao número de participantes.
- 3.4. Referiu que foi distribuído o relatório da audiência concedida à Associação 8 séculos de Língua Portuguesa, pelo Presidente da Comissão, não se tendo registado quaisquer intervenções em relação ao mesmo.
- 3.5. O Sr. Presidente da Comissão chamou a atenção dos Senhores Deputados para o projeto de resolução relativo à reestruturação dos serviços da Assembleia da República, na parte respeitante ao programa Parlamento dos Jovens, que se prevê seja integrado no Departamento Cultural e Educativo, considerando que este é um programa de enorme importância, popularidade e sucesso, pelo que deverá ser preservada a qualidade dos serviços prestados. Neste sentido, solicitou ao Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens uma atenção especial sobre esta matéria e que se pronuncie relativamente à proposta.

Referiu-se ainda à alteração que se propõe para o Museu, sendo esta a Comissão com competência na área da Cultura, e solicitou a todos os Deputados que discutam estas questões nos respetivos Grupos Parlamentares e que enviem contributos, até ao dia 20 de março, porquanto irá solicitar a inclusão destes assuntos na agenda de trabalhos da próxima Conferência dos Presidentes de Comissão, agendada para o dia 28 de março.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) fez uma breve contextualização histórica da equipa do Parlamento dos Jovens e, referindo-se ao projeto de resolução, fez alusão ao artigo 28.º, que prevê a *criação de equipas de projeto*, o que, segundo considerou, possibilita que venha a ser criada uma equipa, caso se conclua que a integração no Departamento Cultural e Educativo (DCE) não permite responder às exigências e à complexidade do programa, impedindo o seu bom funcionamento.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que a proposta apresentada revela falta de conhecimento relativamente ao trabalho da equipa do Parlamento dos Jovens e à sua complexidade, e fez referência aos 350 debates realizados nesta edição, com a presença de Deputados, e a todas as diligências daí resultantes, tendo todos eles decorrido sem problemas de grande ordem, pese embora o reduzido número de funcionários que compõem a equipa. Assim, considerou fundamental garantir a autonomia e a especificidade deste serviço, para que sejam asseguradas as suas condições de funcionamento. Considerou ainda importante perceber como será feito o acompanhamento do programa no DCE.

O Sr. Presidente da Comissão concluiu, lembrando que este é um programa que decorre durante todo o ano, em articulação com o exterior, e que conta com a experiência e a sensibilidade de quem lá trabalha há anos, pelo que a Comissão tem o dever de zelar pela garantia do seu bom funcionamento e prestígio.

**4. Audição conjunta da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia-ANICT, e da Associação de Bolseiros em Investigação Científica-ABIC, no âmbito do programa da Ciência - 10h00**

Em representação da Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) estiveram presentes: João Lopes (Presidente), Luísa Figueiredo, Nídia Lourenço, Nuno Azevedo, Paula Fernandes e Rui Travasso. Participaram, em representação da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), Tiago Lapa, Anxo Conde e Graça Brotas.

Os representantes da ANICT fizeram uma breve apresentação da Associação, criada em 2010, e que conta atualmente com cerca de 500 associados, todos doutorados e a exercer investigação a tempo inteiro.

Apontaram, de seguida, os principais problemas com que se debate o sistema científico e tecnológico nacional, de entre os quais destacaram: falta de estratégia continuada e de longo prazo, ausência de promoção da excelência e falta de responsabilização dos agentes envolvidos.

Pronunciaram-se em relação aos Laboratórios do Estado, entendendo que existe falta de avaliação e que a carreira é demasiado estável, tal como nas universidades, pese embora reconheçam que, neste caso, se registou um reforço na capacidade científica, que conduziu a um aumento dos índices de produtividade.

Confrontaram, seguidamente, os Deputados da Comissão com algumas questões, nomeadamente sobre a conciliação das carreiras de investigação e ensino, sobre o financiamento às universidades, sobre o papel dos Laboratórios do Estado e ainda relativamente à proliferação de estabelecimentos de ensino.

Nesta sequência, defenderam uma visão de longo prazo por parte dos agentes principais do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), tendo em vista a sustentabilidade da excelência em investigação em Portugal, e apresentaram um conjunto de propostas conducentes a um ambiente potenciador de investigação de excelência que, em suma se apresentam:

- Incentivar as universidades a produzir investigação de qualidade, devendo o financiamento ser proporcional à produção científica e ao número de alunos;
- Abrir, regularmente, novos concursos para a contratação de investigadores doutorados no SCTN, com a possibilidade de estabilidade a longo prazo;
- Definir, dentro do modelo da Carreira Docente, perfis de docência e de investigação, com vista a flexibilizar o sistema e potenciar as características dos seus integrantes, eventualmente alterando o regime remuneratório associado e as compensações por aquisição de projetos e prestação de serviços;
- Garantir maior transparência na avaliação de projetos de investigação e de bolsas de formação avançada.

Os representantes da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) referiram-se, em primeiro lugar, à situação laboral dos bolseiros, que realizam a maior parte do trabalho de investigação produzido em Portugal, contribuindo para um setor estratégico da Economia, e cujo enquadramento difere dos restantes investigadores.

Estimam que existam em Portugal 15.000 investigadores com contrato de bolsa, pelo que consideram urgente uma solução estrutural para esta situação precária. Referiram-se aos indicadores científicos do País, cujo n.º de investigadores por mil habitantes tem vindo a igualar a média europeia, à custa dos bolseiros, que são, neste âmbito, considerados trabalhadores científicos, embora as suas condições de trabalho contrariem as recomendações da União Europeia.

Pronunciaram-se ainda relativamente ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, que não contempla uma verdadeira carreira científica em Portugal e que não resolveu os seus problemas da proteção social. Afirmaram que os bolseiros estão sobrecarregados de trabalho, muitas vezes sem qualquer remuneração e sem reconhecimento, recaíndo o ónus da fiscalização, habitualmente, sobre eles.

Afirmaram ainda que a ABIC tem uma proposta de alteração ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, no que se refere à sua proteção social.

Por último, congratularam-se com a adesão do Instituto Superior Técnico à Carta Europeia do Investigador, entendendo que o seu cumprimento seria importante em termos de proteção social.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD), que se referiu ao esforço que este Governo tem feito para evitar a diminuição do investimento neste setor, à missão dos Laboratórios do Estado, à importância da avaliação, quer para a tutela, quer para o investigador e às melhorias introduzidas pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação, nomeadamente ao nível dos abusos das instituições que se verificavam até então.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) fez referência ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, cujo resultado considerou mais danoso do que o que existia, no que concerne às licenças de parentalidade e à incompatibilidade das bolsas com a atividade docente. Referiu-se ainda aos avanços introduzidos com o programa Ciência, lamentando que não tenha tido continuidade, e ainda à importância da carreira de investigação e da avaliação. Por último, solicitou aos membros da ABIC o envio da proposta de revisão do Estatuto do Bolseiro de Investigação, a que fizeram alusão.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu-se ao Estatuto dos Bolseiros de Investigação, que pretende dar enquadramento jurídico a uma situação transitória, entendendo que o problema dos bolseiros resulta da falta de emprego científico, que muito se deve à dimensão do País. Referiu-se ainda à necessidade de uma cultura de excelência e de responsabilização no novo sistema científico e à necessidade de clarificar a missão dos Laboratórios do Estado.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu-se à ausência de carreira nos Laboratórios do Estado e fez alusão aos orçamentos das universidades, considerando-os escassos, apesar do seu duplo financiamento. Relativamente à média de investimento *per capita* por investigador, lembrou que na União Europeia é de 120.000€, enquanto em Portugal é de 60.000€. Pronunciou-se em relação ao Estatuto do Bolseiro de Investigação, entendendo que não resolveu os problemas dos bolseiros, pelo que defendeu a contratualização do trabalho de investigação com os direitos inerentes ao vínculo laboral.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) fez alusão à unanimidade nacional relativamente ao estreitamento e falta de rejuvenescimento na área da investigação, atribuindo-o ao recurso a critérios economicistas e denegação dos direitos fundamentais, pelo que defendeu a alteração da política de investigação em Portugal.

Os representantes da ANICT reafirmaram a importância de se pensar a investigação científica numa perspetiva de longo prazo, para além de se aumentar o financiamento para esta área.

Os representantes da ABIC reiteraram a necessidade de um novo enquadramento jurídico, considerando fundamental o acesso a um contrato de trabalho e a uma estrutura de carreira. Fizeram ainda referência à diminuição dos apoios para deslocações no exterior e aos atrasos no reembolso do seguro social voluntário, pela FCT, que, em alguns casos, atinge os 6 meses.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**5. Audição a José Carvalho**, premiado com o “Projeto Mais Inovador da Europa” no 1º Congresso Europeu de Jovens Agricultores – técnica hidroponia recirculante - no âmbito do programa da Ciência - **12h30**

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) transmitiu as boas vindas ao Sr. José Carvalho e felicitou-o pelo prémio recentemente arrecadado com o projeto mais inovador da Europa, no Congresso Europeu de Jovens Agricultores, organizado pela CAP e pelo grupo parlamentar do PPE do Parlamento Europeu, com o apoio do eurodeputado português Nuno Melo. Dirigiu-lhe ainda algumas questões, designadamente sobre eventuais planos para projetar esta experiência no exterior e sobre a existência de outros projetos, tendo em vista produtos de excelência, em termos de poupança e de métodos inovadores.

O Sr. José Carvalho fez uma breve síntese do seu percurso académico e profissional, justificando a opção pela área da agricultura com a possibilidade de rentabilizar terrenos de que a família dispunha. Em Espanha descobriu a técnica que lhe mereceu o prémio e que foi por si desenvolvida, tornando-a oscilante, com a grande vantagem do aproveitamento de espaço e de poupança em termos de consumo de água.

Referiu-se a alguns dos constrangimentos com que se debate, nomeadamente o tempo de espera para apreciação das candidaturas, que chega a atingir um ano e meio.

Mencionou que o investimento deste projeto rondou os 500.000 euros, a que acresce 100.000 €, gastos recentemente em aquecimento, prevendo-se a produção de 150 toneladas de morangos/ano.

Referiu-se, se seguida, aos inúmeros contactos que tem recebido, depois de conhecido o prémio, e às visitas às suas estufas, que já ultrapassaram as 1.000. Disse ainda pretender agrupar-se com outros produtores, de forma a permitir a exportação dos produtos, o que só é possível em larga escala.

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco felicitou o Sr. José Carvalho pelo prémio que recebeu e pela disponibilidade para partilhar o *know-how* adquirido com outros produtores e colocou-lhe algumas questões, nomeadamente sobre o protagonismo e visibilidade depois do prémio e sobre eventuais projetos em curso.

O Sr. José Carvalho afirmou que o prémio trouxe ao seu projeto grande visibilidade e projeção e referiu-se ainda aos contratos com alguns grupos detentores de grandes superfícies, em especial o grupo Jerónimo Martins. Fez ainda referência ao projeto que pretende desenvolver no Brasil, semelhante ao que tem atualmente, mas em grande escala.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**6. Projeto de Lei n.º 363/XII, do PS**, que Reforça a representação das organizações de juventude no Conselho Económico e Social (5.ª Alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de Agosto)

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) apresentou o Projeto de Lei. Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP), questionando se a 8.ª Comissão será a competente para apreciar a questão da composição do Conselho Económico e Social.

Na ausência de uma posição definitiva sobre esta questão, o Sr. Presidente da Comissão propôs aos Deputados que consultem os respetivos Grupos Parlamentares, sendo que, na

ausência de indicação, o parecer, da responsabilidade do Sr. Deputado Luís Fazenda (BE), será apreciado no dia 19 de março.

**7. Projeto de Resolução n.º 602/XII/2ª – BE, que Recomenda ao Governo a sustentabilidade do projeto "Orquestras Geração"**

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP), Conceição Pereira (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Miguel Tiago (PCP), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares, que constam dos Projetos de Resolução sobre esta matéria e que foram discutidos conjuntamente. A informação que resultou do debate encontra-se no processo do respetivo Projeto de Resolução.

**8. Projeto de Resolução n.º 623/XII/2.ª- PSD - CDS/PP – que Recomenda ao Governo que dê condições para a sustentabilidade do projeto "Orquestra Geração".**

Os Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Conceição Pereira (PSD) apresentaram o Projeto de Resolução. Intervieram na discussão os Srs. Deputados Catarina Martins (BE), Inês de Medeiros (PS) e Miguel Tiago (PCP). A informação que resultou do debate encontra-se no processo do respetivo Projeto de Resolução.

**9. Projeto de Resolução n.º 630/XII/2.ª- PS - Recomenda ao Governo que se garanta um financiamento interministerial plurianual para a Orquestra Geração, assegurando assim a continuidade da sua ação pedagógica e de promoção da inclusão social de crianças e jovens de bairros economicamente desfavorecidos.**

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Catarina Martins (BE), Michael Seufert (CDS-PP), Conceição Pereira (PSD) e Miguel Tiago (PCP). A informação que resultou do debate encontra-se no processo do respetivo Projeto de Resolução.

**10. Projeto de Resolução n.º 641/XII/2.ª- PCP - Recomenda ao Governo medidas para a continuidade e estabilidade do Projeto "Orquestra Geração".**

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projeto de Resolução. Intervieram na discussão os Srs. Deputados Catarina Martins (BE), Michael Seufert (CDS-PP), Conceição Pereira (PSD) e Inês de Medeiros (PS). A informação resultante do debate encontra-se no processo do respetivo Projeto de Resolução.

**11. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, que requer a audição do Secretário de Estado da Cultura, para que preste esclarecimentos sobre o anúncio de um novo atraso na publicação do resultado das candidaturas ao concurso da DG Artes.**

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) apresentou o requerimento, considerando que o anúncio do novo adiamento do prazo de publicação dos resultados da candidatura ao concurso da Direção-Geral das Artes constitui uma tragédia para as estruturas, que passarão um semestre sem conhecerem o financiamento que lhes será atribuído.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) disse acompanhar as preocupações expressas, considerando que, ao atrasar sistematicamente certas decisões, o Governo não cumpre os seus compromissos e destrói o emprego de grande parte dos profissionais na área das artes.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu-se às duras provações a que estão sujeitas as estruturas, considerando que a Comissão tem obrigação política de apurar os motivos dos

atrasos, a diminuição dos valores disponíveis e a ausência de clarificação e acompanhamento célere das candidaturas.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) considerou que um atraso de 15 dias não é significativo, tendo em conta o número de trabalhos a apreciar (mais de 500) e que exigem um trabalho sério. Afirmou ainda que as transferências deverão ser efetuadas até final de abril ou início de maio.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse acompanhar as palavras da Sra. Deputada Conceição Pereira, entendendo não existirem razões para ouvir o Governo neste momento.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) comunicou que pretendia apresentar um requerimento oral para a audição do Diretor-Geral das Artes, sobre esta temática, dada a indisponibilidade manifestada pelo PSD e CDS-PP para aprovarem o requerimento do BE.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) lembrou que a Ordem do Dia é estabilizada com 24 horas de antecedência, pelo que considerou que o requerimento oral não deve ser apreciado e votado nesta reunião.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) considerou que deveria existir alguma disponibilidade da Comissão para se efetuar a votação de requerimentos, cuja entrada ocorra durante a reunião.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) considerou que não se trata de um atraso de apenas 15 dias, como referido, visto suceder-se a outros atrasos.

Por não existir consenso, o requerimento oral do PS não foi apreciado nesta reunião.

O requerimento do BE foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

## **12. Outros assuntos**

## **13. Data da próxima reunião**

**Dia 19.março.2013 - 15h00**

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março 2013

**O PRESIDENTE**

**(Ribeiro e Castro)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 19 de março de 2013.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Emídio Guerreiro  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Rui Pedro Duarte  
Catarina Martins  
Elza Pais  
Emília Santos  
Maria Manuela Tender  
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Pedro Delgado Alves